



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

32ª Reunião Plenária – Lisboa, 14 e 15 de março de 2018

ATA DA REUNIÃO

Aos dias 14 e 15 de março de 2018 realizou-se em Lisboa, nas instalações do Ministério da Defesa Nacional, a 32ª Reunião Plenária do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD).

A reunião foi presidida pelo Dr. Nuno Pinheiro Torres, Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) de Portugal, na qualidade de Coordenador do SPAD, tendo participado nos trabalhos os Delegados de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Participaram, ainda, o Dr. Miguel Levy, em representação do Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e o Tenente-General (Ref) Luís Diogo de Carvalho, Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE).

Na sessão de abertura, o Coordenador do SPAD deu as boas-vindas a todos os participantes, tendo de seguida analisado o plano de trabalhos. Expressou a sua satisfação com a realização da 1ª edição do Colégio de Defesa da CPLP, a decorrer no Brasil, garantindo de que esta Componente tem também um pilar de formação, transmissão de conhecimentos e partilha de experiências. Referiu-se, igualmente, aos Exercícios Felino, marca da Componente de Defesa, ao avanço no mecanismo de resposta da CPLP a situações de catástrofes, enfatizando o seu grande alcance e relevo, confirmando a dinâmica e vitalidade da Comunidade ao nível da Defesa, e às Conferências de Marinhas. De seguida, delegou no Dr. Saldanha Serra a condução dos trabalhos, desejando uma frutífera reunião e uma agradável estadia em Lisboa a todos os delegados.

Ponto Prévio – Aprovação da Agenda de Trabalhos

O Coordenador do SPAD começou por congratular-se com o facto de, pela primeira vez, a Guiné Equatorial se fazer representar por elementos do Ministério da Defesa nestas reuniões.

A Agenda de Trabalhos, submetida à consideração do Plenário, foi aprovada por unanimidade, com a alteração da ordem de apreciação entre os pontos 3 e 4.



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

Ponto 1 – Colégio de Defesa da CPLP

Na sequência do acolhimento, pelo Brasil, da 1ª edição do Colégio de Defesa da CPLP em 2018 (5 de fevereiro a 2 de março de 2018, na modalidade à distância, e 5 a 16 de março de 2018, na modalidade presencial), a delegação do Brasil efetuou breve apresentação/ponto de situação sobre o Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados, referindo-se aos procedimentos ocorridos desde o momento da candidatura como Estado-Membro (EM) anfitrião até à realização da formação, cuja fase presencial ainda decorre. Apresentou algumas das dificuldades sentidas, nomeadamente no que se refere ao acesso à INTERNET de alguns dos auditores na fase à distância, ao atraso na indicação dos candidatos e à demora, ao não envio ou ao envio com erros na informação solicitada (planos de voo, cópias de passaporte, endereços de email). Sucedeu, também, que a alguns dos auditores apenas será emitido diploma de participação ou de auditor, e não de formação, pelo facto de não terem participado no curso por inteiro.

A delegação do Brasil remeterá ao SPAD, durante a próxima semana, o Relatório final da 1ª edição para circulação pelos EM. Solicitou, igualmente, a divulgação pelos Estados-Membros do modelo de proposta de coordenação e modelo de relatório final que disponibilizou a este Secretariado, com vista a serem utilizados nas próximas edições do Colégio de Defesa.

Apresentou, ainda, como recomendações, a necessidade de os EM se inteirarem das regras estabelecidas no Regulamento do Colégio de Defesa, de serem cumpridos os prazos apontados pelo EM anfitrião e de os auditores se empenharem no Curso, participando em todas as fases. Ainda assim, e considerando que se tratou da 1ª edição, considera ter sido um sucesso.

O Coordenador do SPAD agradeceu o acolhimento do Brasil, reforçando que o esforço e investimento que a CPLP no seu todo, e os EM individualmente, colocam na qualificação das pessoas deve constituir um incentivo para estas, desde logo no cumprimento das exigências do Curso.

Anexos - modelo de proposta de coordenação e modelo de relatório final

Ponto 2 – Colégio de Defesa da CPLP – propostas dos Estados Membros para acolher a 2ª edição em 2019

O Coordenador do SPAD fez referência ao disposto no artigo 3º do Regulamento do Colégio relativo à proposta de acolhimento. Uma vez que nenhum dos EM se voluntariou para acolher a 2ª edição, ficou unanimemente acordado que, até ao dia 10 de abril, data anterior à reunião de CEMGFA, qualquer EM indique ao SPAD a intenção de acolher a 2ª edição em 2019.



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

Ponto 3 – V Fórum da Saúde Militar (conclusões)

O Capitão-de-mar-e-guerra médico naval João Pedro Antunes Fernandes, assessor da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional para a área da Saúde Militar e Coordenador Técnico do Fórum, apresentou uma síntese conclusiva dos trabalhos do V Fórum da Saúde Militar, que decorreu no Agrupamento Sanitário do Exército (Tancos), no dia 13 de março de 2018. Referiu-se à criação da primeira Unidade de Desintoxicação e Controlo do Consumo de Álcool e outras Drogas em Cabo Verde, ao Programa de Intercâmbio para Militares para Formação e Investigação em Saúde Militar que, em 2017, registou 3 ações de formação realizadas em Portugal, sendo que em 2018 existem já candidaturas da Guiné-Bissau e de Moçambique.

Referiu, ainda, que Portugal anunciou a realização do XVIII Encontro de Saúde Militar da CPLP no último trimestre de 2018, conjuntamente com a realização das II Jornadas de Defesa + Saúde, subordinadas ao tema da Medicina de Catástrofe.

Deu nota de ter sido apreciado o documento “Princípios gerais e Orientações de Base para, no quadro da CPLP, conduzirem à criação de eventual mecanismo de resposta a situações de catástrofes”, aprovado na reunião de MDN, a 25 de maio de 2017, tendo sido proposto integrar na programação dos Exercícios Felino uma componente de saúde militar, envolvendo recursos humanos desta área dos vários EM. Foi, ainda, incentivada a participação nas ações formativas do Programa de Intercâmbio para Militares para Formação e Investigação em Saúde Militar, face ao aliciante que esta qualificação técnica pode proporcionar aos militares na área da saúde, apelando à criação de uma cultura de saúde militar.

A delegação do Brasil referiu a importância de se manter a ligação dos assuntos da saúde com o mecanismo de resposta a catástrofes.

A delegação da Guiné-Bissau justificou a ausência de representante no Fórum e indicou que chegaram dois formandos para este Programa.

Anexo - Relatório do V Fórum de Saúde Militar da CPLP

Ponto 4 – Mecanismo de resposta a situações de catástrofes

A delegação do Brasil efetuou um enquadramento relativo ao desenvolvimento do documento de operacionalização que integra o delineamento estratégico, o modelo da requisição de apoio, o fluxograma de solicitação de ajuda, o fluxograma de recebimento de ajuda e um mapa de capacidades para cada tipo de catástrofe. Este documento ainda se encontra a ser trabalhado e resolvido internamente, entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa, no sentido de definir como acionar os



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

recursos a utilizar. O documento não irá ser submetido para análise na reunião de CEMGFA, sendo apenas prestada esta explicação.

No que se refere ao Inventário de Capacidades Militares em Desastres Naturais e Antrópicos para Uso em Cooperação no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa a preencher pelos EM, foi sugerida a sua inclusão na Agenda de CEMGFA, para que estes possam avaliar do seu preenchimento, admitindo-se que possa ser sujeito a uma classificação de segurança, assim garantindo reserva no elenco das capacidades de cada EM.

A delegação da Guiné Equatorial colocou algumas questões relativas ao objetivo deste Inventário, face à complexa e necessária decisão política para uma ação das Forças Armadas. Foi esclarecido que a intenção é a de permitir antecipar as capacidades de cada EM para resposta a um pedido de apoio, possibilitando rapidez na resposta, pretendendo-se que, quando e se houver decisão política, se conheça qual a capacidade operacional de cada EM para acorrer a qualquer situação. Foi unanimemente acordada a inclusão deste Inventário na agenda de CEMGFA.

Anexo - Inventário de Capacidades Militares em Desastres Naturais e Antrópicos para Uso em Cooperação no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa

Ponto 5 - Atividades do CAE/CPLP

O Diretor do CAE apresentou o Relatório de Atividades de 2017 e execução orçamental de 2017, o Plano de reajustamento de atividades e orçamento para 2018, o Plano de Atividades e orçamento para 2019, bem como as deliberações da VII reunião do Conselho Consultivo, realizada em Maputo nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2018. Referiu, também, a questão do pagamento das quotas anuais pelos Estados-Membros, a necessidade de os Núcleos Nacionais serem mais interventivos e atuantes e o problema sentido ao nível dos recursos humanos do CAE. Em relação à apresentação futura, nas reuniões de CEMGFA e MDN, de um informe sobre a situação político-estratégica, nos termos das conclusões da 19ª reunião de CEMGFA e da IX reunião de DPDN, disse que o CAE precisa dos contributos dos Núcleos Nacionais, só tendo recebido do Brasil, pelo que em 2018 não dispõe das melhores condições para o fazer com a qualidade desejada.

Tendo a delegação do Brasil solicitado um melhor esclarecimento sobre se aquele informe poderia ser apresentado já na 20ª reunião de CEMGFA, o Diretor do CAE reafirmou que, embora tendo aceite o desafio proposto, aquele Centro, decorrente da escassez de recursos humanos e do facto de apenas o



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

Núcleo Nacional do Brasil ter procedido à entrega de contributos, não se encontra devidamente preparado para o apresentar este ano.

As delegações nacionais constataram que, face à ausência de contributos por parte dos restantes Núcleos Nacionais dos EM que permitam ao CAE a elaboração do documento de apoio que reflita o ambiente securitário global e regional, a apresentação do mesmo fica adiada para 2019.

A delegação da Guiné Equatorial solicitou informação relativa aos valores a pagar ao CAE, a qual será remetida pelo SPAD, solicitando igualmente apoio para organização do seu Núcleo Nacional. Adicionalmente, e em resposta a questões suscitadas pelo Diretor do CAE, disse comprometer-se a enviar a sua bandeira e a fotografia oficial do seu Ministro da Defesa.

As delegações nacionais apreciaram favoravelmente os instrumentos de gestão do CAE e recomendaram o seu encaminhamento para apreciação dos restantes órgãos da Componente de Defesa da CPLP.

Anexos - Deliberações da VII Reunião do Conselho Consultivo do CAE; Relatório de Atividades e de Execução Orçamental de 2017 do CAE; Plano de reajustamento de atividades e orçamento para 2018; Plano de Atividades e orçamento para 2019 do CAE

Ponto 6 - Exercício Felino

A delegação do Brasil apresentou as conclusões e as lições aprendidas do Exercício FELINO 2017, realizado entre 18 e 28 de setembro de 2017 na região do Estado do Rio de Janeiro, na modalidade de Forças no Terreno (FT).

Apresentou, igualmente, uma proposta de identidade visual (logotipo), sugerindo que a mesma possa vir a ser adotada pelos EM para o Exercício Felino. A questão dos padrões de referência doutrinária a adotar foi, também, colocada, decorrente da diversidade das vivências e situações geográficas dos EM que dificulta a adoção de uma doutrina comum. Para tal, e como já anteriormente proposto, a delegação do Brasil considerou conveniente a adoção dos manuais das Nações Unidas como medida de reforço da interoperabilidade doutrinária dos EM.

Quanto à atualização das Normas para a realização de Exercícios Militares no âmbito da CPLP (Grupo de Trabalho criado na 18ª reunião de CEMGFA), a delegação do Brasil disse ter já consolidada uma



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

proposta final que integra as diferentes perspetivas dos EM, que será entregue ao SPAD para circular pelos EM para comentários até dia 10 abril, por forma a permitir a sua discussão em reunião de CEMGFA.

A delegação de São Tomé e Príncipe fez uma breve apresentação relativa à preparação do FELINO 2018 na modalidade de Exercício na Carta (EC) em São Tomé e Príncipe. Informou que os convites para participação na Conferência Inicial de Planeamento (de 26 a 29 de março de 2018) foram enviados via diplomática, mas até agora só Angola, Brasil e Portugal responderam. O SPAD prontificou-se a fazer também a divulgação pelos EM.

As delegações nacionais procederam à confirmação da calendarização dos próximos Exercícios a realizar em:

- 2019 – Angola, no formato FT;
- 2020 - Guiné-Bissau, no formato EC;
- 2021 - Portugal, no formato FT.

Anexos – Apresentação da delegação do Brasil; apresentação da delegação de São Tomé e Príncipe; documento consolidado com atualização das Normas para a realização de Exercícios Militares no âmbito da CPLP

Ponto 7 – 20ª reunião de CEMGFA da CPLP

A delegação do Brasil procedeu a uma breve apresentação sobre a realização da 20ª reunião de CEMGFA, que decorrerá em Salvador, na Bahia, entre 24 e 25 de abril de 2018, tendo entregue, durante a reunião, os convites pessoalmente a cada delegação.

Foi, expressamente, solicitado pela delegação do Brasil que as Fichas de Inscrição fossem devolvidas aos contactos nelas indicados, no máximo até dia 4 de abril.

A proposta de agenda de trabalhos foi submetida à apreciação das delegações, tendo a mesma sido aceite por unanimidade, com a introdução da referência dos períodos de tempo a utilizar na análise de cada ponto.

Relativamente ao ponto 2. da Agenda - Análise da situação político-militar e das questões internacionais de defesa e segurança com eventuais implicações para os países membros da CPLP, e considerando que o CAE não irá apresentar, neste ano, o informe político-estratégico, a delegação de



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

Angola sugeriu que a mesma fosse apresentada por um EM que representasse uma área geográfica: o Brasil, a zona do Mercosul, Portugal, a Europa, Timor-Leste, a Ásia-Oceania, e os EM de África representariam o continente africano, neste último caso com apresentações, eventualmente, por ordem alfabética. As delegações nacionais consideraram, no entanto, que esta hipótese merece maior aprofundamento e debate por parte dos órgãos da Componente de Defesa.

Anexo – Proposta de Agenda

Pontos 8 e 9 – Reunião de DPDN/MDN

O Coordenador do SPAD fez um breve enquadramento relativamente à situação, lembrando que, de acordo com a decisão da reunião Extraordinária de DPDN de outubro de 2017, os Estados-Membros iriam efetuar consultas internas nas capitais, ficando de confirmar até ao final do corrente ano, com o apoio e coordenação do SPAD, a possibilidade de acolherem as reuniões de DPDN e MDN/CPLP em 2018.

Mais informou que a delegação de Angola reiterou, entretanto, ao SPAD a sua indisponibilidade em acolher o evento.

Assim, face à impossibilidade, por razões diversas, dos EM acolherem as reuniões, o SPAD não se encontra em condições de indicar país e datas de acolhimento das mesmas.

Quanto às propostas de agendas apresentadas, ficou a indicação de que o conteúdo da agenda de DPDN ordinária será analisado numa possível reunião de DPDN que venha a ocorrer em 2018.

Anexo – Proposta de Agenda de DPDN

Ponto 10 – Diversos

- Plano de Implementação da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança

A delegação de Portugal deu uma breve explicação relativamente ao Plano de Implementação em desenvolvimento, remetendo a sua divulgação para data anterior à reunião de DPDN.

- Proposta de conversão das reuniões de DPDN extraordinárias em ordinárias

Mediante proposta da delegação do Brasil, esta conversão visa garantir a previsibilidade e alocação de recursos que permita a deslocação e participação nestas reuniões. O SPAD informou que o documento se encontra em desenvolvimento e será apresentado na reunião de DPDN.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several initials at the bottom.]



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

- Reflexão sobre a Componente de Defesa da CPLP

O SPAD informou que o documento consolidado se encontra em desenvolvimento e será apresentado na reunião de DPDN.

- Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio Defesa

Tendo os DPDN apelado, em outubro de 2017, à conclusão pelos EM dos procedimentos internos legais de ratificação do Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da Defesa e à respectiva notificação do Secretariado Executivo da CPLP, foi transmitido o seguinte ponto de situação:

A delegação de Angola informou que esta questão tem merecido a atenção do Ministério das Relações Exteriores e da Assembleia Nacional, podendo a qualquer momento ser apreciado;

A delegação da Guiné-Bissau referiu não haver alterações a registar;

A delegação de Moçambique indicou que decorrem consultas internas.

A delegação da Guiné Equatorial, que já ratificou os Estatutos da CPLP, solicitou indicação quanto aos passos que necessita dar para adotar o Protocolo, solicitando o seu envio para devido conhecimento.

O representante do Secretariado Executivo prestou informação e o SPAD irá proceder ao envio do Protocolo à delegação da Guiné Equatorial.

- Logística do SPAD

O Coordenador do SPAD fez um apelo para que sejam o mais possível respeitadas as Instruções Administrativas, bem como que as informações remetidas a este Secretariado sejam concentradas numa só entidade e que sejam cumpridos os prazos indicados, para que as delegações disponham do melhor acolhimento e receção em Portugal.

- Conferência de Marinhas da CPLP

A delegação do Brasil confirmou a realização deste evento no segundo semestre de 2018 no Brasil, solicitando às delegações da Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e Timor-Leste a indicação, via SPAD até 10 de abril, do nome e posto dos respectivos Chefes da Marinha, Guarda Costeira ou Componente, bem como de um endereço eletrónico para envio, para que o Comandante da Marinha do Brasil lhes possa endereçar o respetivo convite.



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

Lida e aprovada a Ata, seguem as assinaturas do Coordenador do SPAD, dos Delegados presentes, do Representante do Secretariado Executivo da CPLP e do Diretor do CAE.

Lisboa, aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito

O Coordenador do SPAD

Dr. Nuno Pinheiro Torres

A Delegação de Angola

TCOR Tomé Huambo Vidal

Dra. Madalena Eduardo da Silva

A Delegação do Brasil

COR Marcos Antonio Ribeiro

CMG (FN-RM1) Luiz Afonso Bottentuit de Oliveira

CMG (FN) Walter Marinho de Carvalho Sobrinho



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

A Delegação de Cabo Verde

TCOR José António Graça

Dr.ª Eneida Livramento

A Delegação da Guiné-Bissau

COR Mama Jáquite

A Delegação da Guiné-Equatorial

GENERAL DE BRIGADA FRANCISCO ASUMU OBAMA

COMANDANTE JESUS OBIANG EDJO

A Delegação de Moçambique

Dr. Abdul Gafur N. M. Bay

MAJ Osvaldo Augusto Fernando Condula



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

A Delegação de Portugal

Dr. João Pedro Saldanha Serra

CFR Rui Nunes Frade

Dr.ª Maria Leticia Bairrada

CFR Luis Costa Cabral

A Delegação de São Tomé e Príncipe

TCOR João Pedro Cravid

Dra. Lassaete Neto Boa Morte

A Delegação de Timor-Leste

Coronel Américo Ximenes (Sabika)

O Representante do Secretariado Executivo da CPLP

Dr. Miguel Levy



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

A Delegação do CAE

TGEN (Ref) Luís Diogo de Carvalho

Maj. Atanásio Viegas



Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa

Anexos:

- Contactos SPAD
- Agenda de Trabalhos
- Modelo de proposta de coordenação e modelo de relatório final
- Inventário de Capacidades Militares em Desastres Naturais e Antrópicos para Uso em Cooperação no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa
- Conclusões do V Fórum da Saúde Militar
- Relatório de atividades e de execução orçamental contas de 2017
- Plano de reajustamento de Atividades e orçamento para 2018
- Plano de atividades e orçamento para 2019
- Ata da VII Reunião do Conselho Consultivo do CAE
- Apresentação da delegação do Brasil relativa ao exercício FELINO 17
- Apresentação da delegação de São Tomé e Príncipe relativa ao exercício FELINO 18
- Documento consolidado com atualização das Normas para a realização de Exercícios Militares no âmbito da CPLP
- Proposta de Agenda 20ª Reunião de CEMGFA
- Proposta de Agenda X Reunião de DPDN

